

# **CAMPONESES DO ARAGUAIA: DA GUERRILHA CONTRA A DITADURA CIVIL-MILITAR À LUTA CONTEMPORÂNEA PELA TERRA**

PATRÍCIA MECCHI\*

---

## **RESUMO**

O artigo enfoca a participação camponesa na guerrilha do Araguaia, buscando evidenciar que a resistência contra a ditadura civil-militar desenvolvida na região permitiu a politização dos camponeses que se apropriaram dela e estabeleceram continuidade entre a guerrilha e as lutas contemporâneas pela terra. Aborda como gestaram-se concomitantemente com a guerrilha do Araguaia nos anos 70 do século XX as bases da modernização excludente na região e a permanência da repressão contra camponeses, desenvolvidas no período ditatorial e ainda hoje utilizadas. Assim, reflete sobre as estratégias contemporâneas de enfrentamento contra o latifúndio, que tem como uma de suas origens o enfrentamento à ditadura.

**PALAVRAS-CHAVE:** camponeses, ditadura civil-militar, guerrilha do Araguaia.

**ABSTRACT:** The article focuses on rural participation in the Araguaia guerrilla seeking to prove that the resistance against the civil-military dictatorship developed in the region allowed the politicization of peasants who has appropriated it and established continuity between the guerrillas and the contemporary struggles for land. Discusses how concurrently with the Araguaia guerrilla in the 70s it gave birth to the foundations of exclusionary modernization in the region and the permanence of repression against peasants, developed in the dictatorial period and still used today. Thus, we reflect on contemporary coping strategies against landlordism, which has as one of its origins the confront to the dictatorship.

**KEYWORDS:** peasants, civil-military dictatorship, Araguaia guerrilla.

---

A guerrilha do Araguaia ocorreu entre 1972 e 1975 na região que compreende o sul dos estados do Pará e do Maranhão, além do norte do estado de Goiás (atual Tocantins). Envolveu cerca de 70 militantes do Partido Comunista do Brasil, partido que a organizou, e algumas dezenas de moradores que se incorporaram ao movimento. Trata-se uma área em que a presença do Estado, no que se refere ao atendimento às demandas sociais, é bastante pequena na atualidade e praticamente inexistente durante as décadas de 60 e 70.

Ainda hoje, não existem pontes que liguem a cidade de Xambioá (na época, Goiás) e São Geraldo do Araguaia (Pará). A travessia que atualmente é feita em balsas e *voadeiras* (pequenas embarcações motorizadas) era feita entre meados dos anos 60 e 70 em pequenos barcos, com pedaços de madeira fazendo as vezes de remo. A floresta na região, apesar dos constantes desmatamentos, das queimadas e do avanço da monocultura da soja, ainda impressiona pela sua densidade e pela imensidão das árvores.

Durante os anos 50, uma onda migratória direcionou-se para a região do rio Araguaia no ponto em que os estados de Goiás (atual Tocantins), Maranhão e Pará fazem fronteira, composta principalmente de pessoas que vinham do nordeste e do centro-oeste brasileiro. Essas pessoas lá se estabeleciam e tomavam posse de um pequeno lote de terra com relativa facilidade, já que o latifúndio ainda não havia se instalado com toda a força na região.

Para sobreviver, os moradores desenvolviam uma série de atividades, a maioria vinculadas ao extrativismo ou à agricultura: caçavam, plantavam pequenas roças com produtos de subsistência, extraíam da floresta o cupuaçu, o babaçu, o palmito e a castanha, único produto comercializável, que os moradores entregavam aos donos dos castanhais.<sup>1</sup>

Viviam em casas de barro, madeira ou adobe, cobertas com palha de babaçu, fabricadas por eles próprios. Dormiam em redes ou em pequenos tapetes, hábitos ainda conservados na região. Conheciam as propriedades medicinais das plantas da região e as utilizavam para tratar uma série de enfermidades. Outras doenças eram endêmicas e não havia postos de saúde ou hospitais próximos onde pudessem receber tratamento. Também os partos eram feitos pelas próprias moradoras.

O abandono da região pelo Estado foi um dos fatores que pesou na decisão do PCdoB ao escolhê-la como local para um amplo trabalho de massas. A região contava com poucas estradas, muitos recursos naturais e um caudaloso rio dividindo os estados de Goiás e Pará.

Muitos trabalhos sobre a guerrilha do Araguaia focalizam a experiência guerrilheira e a repressão promovida pelo exército a ela, mas pouco se fala sobre a atuação camponesa e as vinculações entre a guerrilha e as lutas contemporâneas em torno da questão da terra.

Os camponeses atingidos pela repressão à guerrilha são um grupo social que vem, cada vez mais, elucidando aspectos daquele movimento. Seus depoimentos, entretanto, aliados à documentação sobre a guerrilha disponível, lançam luzes sobre aspectos que extrapolam a guerrilha. São capazes de trazer elementos que tornam possível discutir a luta camponesa desde o período ditatorial, estendendo-se ao dito período “democrático”, pelas suas condições de sobrevivência que tem centralidade na questão da terra. Este artigo evidencia alguns desses aspectos.

### **As bases do conflito agrário no Araguaia: Migrações camponesas e modernização excludente no campo**

Ao investigar a atuação camponesa no Araguaia,<sup>2</sup> um dos aspectos que mais chamava a atenção era a grande quantidade de pessoas que, quando da deflagração da guerrilha em 1972, estava a pouco tempo na

região. Os mais antigos estavam no Araguaia há apenas vinte anos e eram raros os nascidos lá. A ocupação da região, que era considerada porta de entrada para a Amazônia, ocorreu de duas maneiras: a “reforma agrária espontânea”, apontada por Ianni,<sup>3</sup> em que os trabalhadores dirigiam-se para a região sem estímulos governamentais e a ocupação capitalista da região incentivada pelo governo. As consequências das duas formas simultâneas de ocupação foram choques entre posseiros e latifundiários, devastação ambiental e o surgimento das bases para uma situação explosiva que perdura até hoje no sul do Pará; de longe a região onde os conflitos de terra são mais intensos, agudos e dramáticos.

Entre os trabalhadores que chegaram ao Araguaia na década de 70, uma parcela significativa ia em busca de trabalho nos grandes projetos como a construção de rodovias que se estendeu a toda a região amazônica. Esses trabalhadores integraram um movimento migratório incentivado pelos governos militares, visando a construção de infraestrutura na região, ao mesmo tempo em que aliviavam a tensão dos conflitos em algumas áreas do nordeste. Empregaram-se no trabalho de construção de rodovias como a Transamazônica, a Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, Manaus-Fronteira com a Venezuela, entre outras dezenas de rodovias construídas a partir dos anos 70.

Não foram apenas os posseiros que se deslocaram para a região entre os anos 50 e 70 do século XX. Também pode ser apontada a presença de pequenos comerciantes, mas também de jagunços, grileiros, pistoleiros e latifundiários; esses últimos estimulados pelos recursos colocados à sua disposição com a criação do BASA (Banco da Amazônia) e da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), em 1966, que se destinavam ao incremento das atividades agrícolas, do extrativismo e da mineração.<sup>4</sup>

Em consonância com as políticas governamentais para a região que visavam ocupar a Amazônia, por questões de segurança e

econômicas, incentivou-se o desenvolvimento capitalista na região, em que, com os incentivos dados aos latifundiários, atraiu-se uma gama de profissionais, como técnicos de diversos ramos e empresários de diferentes setores que visavam construir vias de acesso, fomentar a produção agrícola e atrair um exército de reserva de mão de obra para a região.

Ao tentar se livrar das condições difíceis em seus estados de origem, os trabalhadores rurais que foram chegando ao Araguaia desde os anos 50 integraram um movimento migratório de características contraditórias: o que garantia o acesso à posse da terra era justamente a falta de desenvolvimento na região e a ausência do Estado. Na medida em que, por razões econômicas e em nome da segurança nacional, os governos militares passaram a dirigir esforços para a região, a situação do trabalhador foi se deteriorando e esse também passou a enfrentar conflitos em torno da questão agrária.

Por todas essas evidências, é possível afirmar que a maioria dos moradores da região do Araguaia à época da guerrilha eram camponeses vindos de outros estados que viram na região a possibilidade de se livrar do peso de latifúndio em todas as suas implicações.

Eram trabalhadores que já haviam sido afetados pela modernização excludente do campo, que já tinham vivido conflitos com os latifundiários e não viam em uma intervenção do Estado uma saída positiva para sua situação; pois a intervenção estatal sempre era contra os trabalhadores rurais e a favor dos grandes proprietários de terra.

A Amazônia era a última fronteira, onde o Estado e os latifundiários não estavam presentes. Contudo, esses trabalhadores passaram a integrar, sem saber, a força de trabalho para que também a região amazônica integrasse o projeto de desenvolvimento dos governos militares. Foram utilizados para criar as condições para que se perpetuasse a sua própria exclusão.

## O camponês na guerrilha do Araguaia

O envolvimento dos trabalhadores rurais no conflito foi buscado tanto pelos guerrilheiros quanto pelas forças repressivas e ambos os grupos justificavam muitos aspectos de sua atuação em nome desses trabalhadores, considerados incapazes de conduzir seus próprios destinos. Entre os militares, termos como “inocentes”, “incultos”, “hospitaleiros”, “desconfiados” vão compondo uma imagem do trabalhador rural do Araguaia que deveria ser protegido da ameaça comunista, ao mesmo tempo em que deveria ser reprimido. Entre os guerrilheiros, “inocência”, “generosidade”, “simplicidade” eram características que faziam deles um público receptivo às ideias do partido e, através de um intenso trabalho de massas, poderia integrar as fileiras da guerrilha.

Um traço cultural dessa população ressaltado na bibliografia, nos relatos de guerrilheiros e militares, nos relatórios do Ministério Público e que também buscamos evidenciar diz respeito à caracterização da população como “hospitaleira e acolhedora”, que tinha por hábito oferecer pousada e alimentação a viajantes, vizinhos e quaisquer pessoas que batiam às suas portas solicitando apoio. Esse comportamento deve ser situado na própria sociabilidade dos moradores que, em sua maioria, são migrantes e que contavam com esse tipo de solidariedade no seu trajeto. Além disso, as posses e propriedades são distantes umas das outras. Sem condições materiais para realizar viagens curtas ou longas, é comum que o trabalhador rural brasileiro cultive o hábito de acolher e ser acolhido em suas residências.

O fato de dar abrigo a estranhos, situação corriqueira na vida dessa população, tornou-os suspeitos de colaboração com a guerrilha. O número de moradores presos varia muito nas fontes consultadas; de 80 a

90 segundo o Ministério Público, até 300 nos depoimentos de moradores e militares. Não é possível precisar o número exato, pois não há, salvo em raros casos, registros oficiais sequer de que as prisões tenham ocorrido.

Não havia entre as forças repressivas um critério bem definido para a escolha dos moradores que seriam presos. A “detenção para averiguação”, expressão utilizada na linguagem das forças repressivas, dava às Forças Armadas a possibilidade de prender qualquer um. Essas prisões realizadas atingiam toda a comunidade que passou a viver num clima de terror, com a insegurança generalizada.<sup>5</sup>

O evoluir da guerrilha deixa claro que tanto o “Exército Popular” que o PCdoB pretendia compor para derrubar a ditadura, quanto a repressão dos militares sobre a guerrilha só teriam sucesso com o intenso envolvimento da população. No entanto, mesmo depois de assassinados os militantes e destroçada a luta que empreendiam, era necessário, na visão dos militares, riscá-la da história. Por muito tempo, os moradores da região estiveram sob constante vigilância das Forças Armadas, sensação que carregam até hoje.

Em um ato que foi entendido pelos camponeses como provocativo, o exército, para promover a segurança da Comissão de Anistia que esteve em 2008 colhendo depoimentos dos moradores que foram vítimas das Forças Armadas durante a guerrilha do Araguaia, circulou fortemente armado entre os moradores durante os dois dias em que se realizaram as oitivas.

Esses elementos que levantamos para discutir a violência na região nos remetem à outra questão: o contexto em que ela ocorreu. Em geral, a historiografia aponta o período em que se desenvolveu a guerrilha como de afrouxamento da repressão e de “abertura”. Pensamos que o período seria melhor caracterizado, no que se refere à repressão, se levarmos em consideração os extermínios provocados pela ditadura, seja na

“guerrilha” do Araguaia, seja no “massacre da Lapa”,<sup>6</sup> por exemplo. Trata-se de um período em que a ditadura deu seus golpes finais nas organizações de esquerda e nas possibilidades de uma guinada na vida política e econômica do país.

Há inúmeras evidências de que se estabeleceu uma continuidade entre a violência perpetrada aos posseiros e trabalhadores rurais em geral, a partir do episódio da guerrilha do Araguaia e as lutas contemporâneas pela terra. Considerando as condições de fortalecimento do latifúndio que estavam sendo gestadas e a presença de um movimento guerrilheiro que, na visão dos governos militares, por si só deveria ter sido exterminado; a extrema violência no Araguaia direcionada aos camponeses tinha causas que extrapolavam a guerrilha. A pretensa região de tranquilidade para o avanço do capitalismo no campo havia sido abalada pela atuação da esquerda e para evitar o desenvolvimento de movimentos sociais e as lutas subsequentes – estabelecendo ou não vínculos com a guerrilha, os trabalhadores da região deveriam ser “desestimulados” através da estratégia terrorista do Estado brasileiro.

### **A função social dos depoimentos dos camponeses sobre a guerrilha do Araguaia**

Ouvir os camponeses e recuperar sua experiência nos anos 60 e 70 não é algo simples. Durante muitos anos, eles se calaram com medo das represálias do exército. Muitos ainda se calam, porque não suportam lembrar as sevícias sofridas; outros tantos, de idade mais avançada, são incapazes de falar sobre o passado, porque lhes falta lucidez ou fôlego e cansam-se com facilidade quando são solicitados a dar seus depoimentos.

Atualmente, diante da possibilidade de serem reconhecidos como anistiados políticos pelo Estado, dispuseram-se a contar os danos materiais que tiveram, a denunciar as torturas que sofreram e a informar

sobre os desaparecimentos que ocorreram durante a repressão à guerrilha.

Os primeiros a ouvir os camponeses foram os advogados interessados em ajudá-los na questão da titulação das terras e, depois, os jornalistas.<sup>7</sup> Um dos advogados empenhados no litígio das terras foi Paulo Fonteles. Ex-militante da Ação Popular, depois integrante do PCdoB, Fonteles<sup>8</sup> tornou-se advogado dos posseiros do sul do Pará em 1978, foi eleito deputado constituinte em 1986 e assassinado em 1987 quando eram votados os dispositivos constitucionais referentes à reforma agrária.

Atuante entre os posseiros do sul do Pará nos anos 80, Fonteles ficou conhecido nacionalmente pelas denúncias das ações dos latifundiários. Alinhou-se à proposta progressista de reforma agrária na Constituinte, transformando-se em inimigo da União Democrática Ruralista (UDR), organização que congregava os latifundiários brasileiros, liderados por Ronaldo Caiado. No contexto do acirramento das lutas sociais no campo, a UDR propunha abertamente a militarização dos fazendeiros e o ataque armado aos movimentos camponeses.<sup>9</sup>

Durante sua atuação na defesa judicial dos posseiros, Fonteles reuniu informações sobre a guerrilha e por isso foi apontado pelo PCdoB como um redescobridor do movimento. Em que pese o interesse do PCdoB em elevar a figura de seu militante assassinado, foi a condição de advogado dos posseiros e sua atuação no sindicato rural de Conceição do Araguaia que lhe permitiu o acesso às primeiras informações junto aos camponeses.

Na ocasião, Paulo Fonteles atendeu a um pedido da Comissão Pastoral da Terra para defender os posseiros. Na mesma época, engajou-se no sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia e disputou a entidade contra a chapa apoiada por Jarbas Passarinho e pelo Major Curió. O município englobava as atuais cidades de Rio Maria,

Redenção e Xinguara. Para se compreender o nível de tensão no sul do Pará em 1980 (ano das eleições do sindicato), basta dizer que outros membros da chapa também foram assassinados.<sup>10</sup>

No mesmo ano, Fonteles coordenou a entrevista de Pedro do Jipe – um camponês obrigado a trabalhar como mateiro do exército no período da guerrilha – assassinado dez dias depois. Dizem os moradores da região que sua morte foi encomendada pelo Major Curió.<sup>11</sup> Pedro do Jipe, um dos primeiros camponeses a se referir à guerrilha do Araguaia, denunciou a violência do Estado contra a população e foi vítima da represália das forças repressivas que ainda permaneceram na região.

Desde a atuação de Fonteles, ficou evidente o imbricamento entre a guerrilha e a luta pela posse da terra. Os posseiros defendidos por ele davam as primeiras informações sobre o conflito e relatavam como foram afetados. Isso em meio aos enfrentamentos contra o latifúndio, no final da década de 70 e inícios da década de 80 do século XX.

Não há arbitrariedade ou construção da memória que não tenha como base a realidade concreta nos depoimentos dos camponeses. A seleção de alguns fatos – a ênfase nos aspectos em torno da destruição dos meios de subsistência, a violência física e a restrição ao direito de ir e vir – ganhou relevância contemporânea nas entrevistas feitas pelos estudiosos. Essas tinham como objetivo criar as condições legais para a reparação das perdas materiais e dar aos camponeses o estatuto de anistiados políticos; não é de estranhar, portanto, que a tônica dos depoimentos esteja naqueles aspectos.

O camponês do Araguaia, que aparentemente fala pouco de si e muito da guerrilha, estrutura sua narrativa para que o ouvinte entenda de que maneira ele foi afetado e quais foram os impactos da guerrilha sobre ele. As narrativas começam, na maioria das vezes, fazendo referências ao tempo que estão no Araguaia.

Quando a guerrilha foi deflagrada, os mais antigos estavam na região há apenas vinte anos e toda a experiência de vida dessas pessoas, anteriores à sua migração para a região e as razões que os levaram a fixar-se ali, são pouco mencionadas por eles. É como se as vidas desses camponeses começassem quando chegaram à região. E é compreensível que as narrativas centrem-se na guerrilha já que ela é o motivo das entrevistas. Foi o envolvimento com esse episódio que deu visibilidade a esse segmento social e que possibilitou a divulgação dos problemas contemporâneos vividos por eles.

Falar sobre as violências que sofreram também passou a ser um elemento de segurança pois, na medida em que são conhecidos nacionalmente, estão resguardados da *violência clandestina*, promovida pelo Estado e pelo latifundiários. Essa é uma estratégia que merece atenção e pode ser identificada em outras lutas sociais contemporâneas. Citamos dois exemplos: a estratégia dos posseiros vinculados aos sindicatos rurais nos anos 80 no sul do Pará, próximos social e politicamente dos camponeses do Araguaia, e o segundo, uma organização de maior visibilidade internacional, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México. Ambos são representativos de outras formas de enfrentamento contra os latifundiários, contra as políticas de exclusão que afetam o morador do campo e contra as forças repressivas do Estado.<sup>12</sup>

Diferente das lutas contemporâneas, nos anos sessenta e setenta do século XX, a estratégia de sobrevivência dos opositores aos regimes ditatoriais latino-americanos era essencialmente a da clandestinidade. Se tomarmos o aparato repressivo desenvolvido durante as ditaduras em países como o Brasil, o Chile e a Argentina, veremos que se tratava de esquemas altamente sofisticados, com diversas ramificações e conexões nacionais e internacionais. Por outro lado, o Estado enfrentava seus opositores pela repressão física, exterminando organizações e impedindo

a amplificação das lutas sociais; para isso utilizando-se das estruturas jurídico-políticas com vistas a legitimar dispositivos de segurança nacional.

À oposição restava organizar-se em pequenos núcleos, diversos deles armados, travando uma luta clandestina, marcada pelos “desaparecimentos” de militantes. Nos anos oitenta e noventa, com o fim das ditaduras, grandes manifestações de cunho popular voltaram à cena e puderam apresentar publicamente suas reivindicações.

A estratégia da ação e da vida clandestina possivelmente era a única alternativa de sobrevivência vislumbrada pelas organizações no período bonapartista.<sup>13</sup> Depois de criminalizada a demanda de trabalhadores urbanos e rurais pelas ditaduras cuja ação era respaldada por um aparato repressivo legal com ramificações ilegais e clandestinas, restava aos opositores o silêncio ou a ação clandestina de enfrentamento.

O cenário mudou com o fim das ditaduras. As lutas sociais de regiões afastadas passaram a contar com a visibilidade e a publicização de suas demandas e das ameaças sofridas, veiculadas de diversas formas; mas ainda adotadas como estratégia de sobrevivência, o que denota, inclusive, os limites dos “términos das ditaduras”.

Tal estratégia já vinha sendo utilizada nos anos oitenta quando o isolamento, a falta de infraestrutura e a baixa densidade demográfica de algumas áreas tornava difícil aos movimentos sociais sobreviver, se não fosse pela máxima visibilidade. Vejamos um exemplo dessa estratégia em um episódio conhecido nacionalmente: os posseiros marcados para morrer em Rio Maria, no Pará.

Ao final da ditadura civil-militar, a certeza da impunidade era tanta na região sul do Pará que no município de Rio Maria circulou uma lista com 14 nomes de pessoas marcadas para morrer. Nesse caso, a publicidade feita pelos fazendeiros respaldava-se no poder que tinham adquirido com as políticas governamentais de fortalecimento do

latifúndio na região promovida a partir dos anos setenta, com a atuação de órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (GETAT).<sup>14</sup>

Como resposta às ameaças sofridas, os posseiros responderam não como esperavam os latifundiários, com a desmobilização do movimento. Ao contrário, ele passou a ser publicizado nacional e internacionalmente. A pressão foi tanta no caso de Rio Maria que os posseiros chegaram a conseguir espaço no maior jornal televisivo da época: o Jornal Nacional, da TV Globo. Essa visibilidade passou a ser motivo de queixa dos fazendeiros:

Quando matavam um por cento deles, que tinha um povo por trás, aí soltavam imagens: “o fazendeiro matou”. Agora quantos fazendeiros, que foram mortos aqui, quantos empresários foram mortos aqui, quantos policiais foram mortos aqui e não saiu no Jornal Nacional?<sup>15</sup>

Era a oportunidade do fazendeiro esclarecer: quantos? E de acrescentar: em que condições? Não se tem notícia de que tenha circulado alguma lista com cabeças de fazendeiros a prêmio, como aconteceu com os envolvidos na luta dos posseiros de Rio Maria com valores como 30 mil cruzados novos,<sup>16</sup> se fossem padres, ou 50 mil, valor atribuído às cabeças dos presidentes dos sindicatos rurais.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria divulgou nacional e internacionalmente a lista de pessoas marcadas para morrer e conseguiu organizar, no dia 13 de março de 1991, o “Dia Contra a Violência e a Impunidade”. Contando com um razoável aparato midiático, além da presença de personalidades nacionais como atores globais, políticos conhecidos, sindicalistas e religiosos, o ato amplificava a resistência dos posseiros, chamando a atenção da sociedade para o problema da terra no sul do Pará, denunciando a violência contra o trabalhador rural e indicando quem eram os mandantes dos crimes. Ao

se colocarem numa dimensão nacional, o movimento angariou diversos apoios e possibilitou o surgimento de vínculos entre as organizações rurais antes isoladas.

A experiência de 1991 foi retomada em 2011, quando foi lançado o documentário “Esse homem vai morrer”, que narra os episódios descritos acima e vincula os assassinatos de uma década atrás à nova lista de pessoas marcadas para morrer. A lista mais recente que circulou no município de Rondon do Pará tem nove pessoas marcadas para morrer, das quais quatro já foram assassinadas.<sup>17</sup>

No final do século XX, a situação alterou-se com a mudança da conjuntura política no final dos anos 80 e, contraditoriamente, as mesmas causas da expulsão do camponês possibilitaram o surgimento das condições para a criação dos laços, da consciência política e de novas estratégias de enfrentamento ao latifúndio.

Em períodos recentes, a estratégia de visibilidade do camponês do Araguaia insere-se na mesma lógica da estratégia dos sindicalistas rurais, mas vai além. Ao tornarem públicas as sevícias sofridas no período em que as Forças Armadas estiveram na região para reprimir a guerrilha do Araguaia, esses camponeses colocam-se politicamente na cena pública e, através das informações sobre a repressão à guerrilha, chamam a atenção da sociedade e dos governos para o problema da terra e de sua sobrevivência, demonstrando que a origem das dificuldades atuais está no período da ditadura civil-militar. Tal associação, conforme veremos a seguir, explica-se na particularidade daquele homem do campo naquela conjuntura.

A ênfase dos meios de comunicação e dos estudiosos na análise das práticas repressivas do período centra-se nas organizações políticas, estudantis e sindicais. Pouco se fala sobre a repressão ao trabalhador que não se vinculou a nenhuma entidade política; menos ainda quando se trata do trabalhador rural.<sup>18</sup> Os depoimentos dos moradores do Araguaia

vão contra essa corrente e explicitam que também foram vítimas da repressão.

Suas narrativas trazem à tona seu modo de vida na época, suas origens territoriais, seus sonhos de migrantes. Revelam também como a ditadura abateu-se sobre ele, como afetou seu dia a dia e a sua subsistência. A guerrilha transformou-se – para além da vivência que nela tiveram ou para a qual foram impelidos – no veículo que permite a eles divulgar não apenas essa vivência, mas também abre ao pesquisador a possibilidade de recuperar uma parcela da experiência rural no período e a complexidade de suas existências, já referida.

Tal visibilidade também os faz desenvolver a consciência da importância de tais lutas e de sua vivência nelas, assim como das lutas atuais. O vínculo entre as lutas passadas, a repressão e a resistência à ditadura acentuada pelos camponeses, vem acompanhada da politização de seu discurso que vai ganhando contornos mais amplos e profundos à medida que vão sendo ouvidos: questionam a ausência da guerrilha do Araguaia nos livros didáticos e o silêncio a seu respeito nas escolas, reivindicam para si um papel ativo no combate à ditadura civil-militar, posicionam-se criticamente em relação à morosidade em se fazer justiça e conceder a eles as indenizações a quem tem direito.<sup>19</sup>

Aqueles que não se encaixam no perfil dos que podem pleitear a indenização questionam a estreiteza da leitura que tem sido feita da lei 10.559 de 2002, que trata da indenização aos que tiveram sua atividade laboral impedida durante a ditadura.<sup>20</sup> Explicitam em suas falas como a atividade no campo é coletiva e que os que não foram diretamente afetados também sofreram perdas materiais e diminuição de sua atividade produtiva.

Colocam-se, assim, como agentes da história. Extrapolam o papel que a historiografia sobre as lutas e resistências à ditadura reservou a eles,

apresentando-se como seres atuantes, com engajamento político, com estratégias de resistência.

Os camponeses que entrevistamos valorizam e enriquecem nas suas falas os detalhes da guerrilha, mas fazem também muitas referências à questão da dificuldade da subsistência. A questão da terra é central em seus depoimentos. O Sr. Sebastião, por exemplo, conta que saiu do Maranhão em direção à Goiás pelos problemas que começou a enfrentar para permanecer na terra: “Quando eu vindo do Maranhão, eu vim para o Tocantins, que naquele tempo era Goiás (...) começou a enfraquecer as terras para lá, começou a aparecer dono, aí eu me mudei para o Pará”.<sup>21</sup>

Assim como o Sr. Sebastião, diversos camponeses saíam de suas terras e buscavam no Pará melhores condições de vida. Os depoimentos, quando se referem à chegada ao Araguaia, em um momento em que ainda não havia nem militantes, nem militares, revelam uma vida dura, mas valorizada pela autonomia e liberdade que adquiriam na região. Ao falar sobre a vida no Pará, o Sr. Joaquim afirma que: “(...) era boa, porque de tudo eu tinha. Saía na rua vendia uma parte de legumes lá para a cidade. Comprava meus bagulhos, trazia farinha para casa. Andava despreocupado, não devia nada para ninguém”.<sup>22</sup>

Com a deflagração da guerrilha e a repressão do exército, percebe-se a perda da liberdade e da autonomia, expressas no ataque das Forças Armadas aos seus meios de subsistência e nas dificuldades para manter a posse da terra. São falas que dão sustentação à luta contemporânea pela terra, na medida em que revelam suas origens. Os relatos demonstram que diversos camponeses tiveram suas roças queimadas e foram expulsos de suas posses. Muitos perderam as terras e não as recuperaram mais. Ao falar dessas perdas, apontam em duas direções: a legitimidade que possuem para serem indenizados já que o Estado atentou contra sua sobrevivência e a legitimidade para resistir ao avanço do latifúndio sobre suas posses.

As representações ideológicas dos posseiros sobre a guerrilha cumprem a função de vincular o passado à questão dos conflitos de terra contemporâneos. Eles pleiteiam indenizações junto ao governo pelas terras perdidas, pelos meios de subsistência retirados pela repressão. Revelam, assim, uma das facetas da ditadura no meio rural: a permanência das condições de exclusão a que estiveram submetidos os habitantes das áreas rurais e a “repressão preventiva” às suas demandas. O problema da terra não apenas se manteve, mas se agravou profundamente na região. Ao chamar a atenção sobre a guerrilha, os camponeses também chamam a atenção para essas questões.

Algumas afirmações dos camponeses soavam incompreensíveis a princípio e suscitaram novas questões. Por que o camponês afirma que aquelas eram terras desabitadas? Por que se colocam como os primeiros habitantes do local? Essas indagações suscitaram outras, em torno das migrações rurais, nas quais os camponeses eram sujeitos e agentes. Levantava-se também a questão da falta de enraizamento. Essas não eram questões específicas do camponês do Araguaia nem do período da ditadura. Suas falas demonstravam como, sob diferentes formas, a intensa mobilidade do camponês é parte da dinâmica do meio rural brasileiro.

Esses camponeses que se veem como povoadores da região, finalmente permaneceram nela. Como se sabe, não houve avanços significativos na resolução da “questão agrária”, ao contrário, contemporaneamente novos dilemas surgem, como o agronegócio e velhos dilemas permaneceram, como o assassinato de posseiros, a grilagem de terras, a escravização do trabalhador rural. Sob essas condições, a região da área onde se desenvolveu a guerrilha tornou-se a mais violenta do país em torno da questão da luta pela terra.

Por que permaneceram em um lugar onde a vida é tão difícil? Defendemos que a violência contemporânea contra o trabalhador na

região decorre da mudança no padrão de intervenção social que o camponês da região foi construindo. O abandono das posses e a busca da sobrevivência em outras localidades deu lugar a um enfrentamento político do camponês contra o latifúndio. Ele foi se apropriando da complexidade das questões que envolvem o tema da terra no Brasil, foi resistindo à grilagem, à pistolagem, à violência policial. A permanência do camponês se dá, então, pelo desenvolvimento de uma concepção de que suas posses são legítimas e que quem está na ilegalidade é o fazendeiro que grila as terras e o Estado que se põe como força repressiva a serviço do latifúndio. Um Estado cuja violência extrapola os limites da legalidade conferida constitucionalmente, consubstanciado isso na expropriação ilegal dos camponeses, entre outras evidências.<sup>23</sup>

A guerrilha do Araguaia contribuiu para que se desenvolvessem formas de luta e resistência contra o latifúndio por meios que não se respaldam na espera de uma resolução pelo Estado, mas sim através do enfrentamento. Aos camponeses, a experiência consolidou a percepção de que o Estado atua em favor dos grandes grupos econômicos, favorecendo a aquisição de grandes extensões de terra por esses.

Menos do que o PCdoB, foram as Forças Armadas do Estado ditatorial que demonstraram aos camponeses o lugar que a população rural e pobre do norte ocupava na estrutura do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, foi o acirramento da luta de classes que assentou o camponês na região.

### **Lutas camponesas após o final da guerrilha: “Guerra dos perdidos” ou “segunda guerrilha do Araguaia” e as lutas das quebradeiras de coco.**

Apesar da permanência das estratégias de terror utilizadas pelo exército e de sua personificação na presença na região do poderoso “Major Curió”, não deixaram de ocorrer conflitos na região. Os

depoentes não falam das violências sofridas como algo extraordinário ou fora do comum. Isso porque a violência tornou-se a marca do relacionamento entre estado-latifundiários e posseiros.

Entre 1976 e 1980, ocorreu na cidade de Piçarra a “Guerra dos Perdidos”, “revolta dos Perdidos” ou, como se referem alguns moradores, a “Segunda Guerrilha do Araguaia”.<sup>24</sup> Tratou-se de um conflito em que os posseiros da região, antigos apoiadores dos guerrilheiros, resistiram armados às investidas do grileiro Luiz Erland, o Careca, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que pretendia deslocar os posseiros da área.<sup>25</sup>

A área em conflito, localizada na região dos Caianos, tinha servido de base guerrilheira. Lá havia existido o destacamento C, o mais frágil dos destacamentos, com um número menor de guerrilheiros, alguns deles recém-chegados quando explodiu a repressão.<sup>26</sup> Os registros sobre esse conflito são praticamente inexistentes; pelo que pudemos apurar, existe apenas uma reportagem, realizada em dezembro de 2010, pelo jornal *O Estado de São Paulo*.<sup>27</sup> Nela baseamos as informações que se seguem.

Alguns camponeses fazem referência a conflitos pela posse da terra posteriores ao fim da guerrilha do Araguaia. Ao se referir à guerra dos pedidos, afirmam que “a ditadura, no Brasil e no mundo foi a primeira vez que pobre pegou numa arma contra policial, polícia da polícia federal (...) morreu um bocado dos que escapou, como eu escapei”.<sup>28</sup>

O conflito teve início quando o INCRA executava um trabalho de remarcação de lotes que atingiria a área tradicionalmente ocupada pelos posseiros. Frente à situação, o agricultor João de Deus, que havia trabalhado como peão no sítio de guerrilheiros e seus cunhados, Davi e Joel dos Perdidos, assumiram a liderança do movimento de luta pela permanência em suas posses. Segundo o agricultor, mais de 170 homens

participaram do encontro e decidiu-se interromper o trabalho de remarcação feito pelo INCRA.<sup>29</sup> Marcou-se um encontro no local onde se encontravam os funcionários do INCRA para o dia 26 de outubro de 1976 à meia-noite. Apenas 36 posseiros compareceram ao encontro. Com um número reduzido de homens, recuaram e adiaram o ataque, realizado pela manhã numa área mais afastada, no interior da mata.<sup>30</sup>

Pela manhã teve início o conflito, com alguns pistoleiros mortos e, segundo o Serviço Nacional de Informações, as mortes dos soldados Claudiomiro Rodrigues e Ezio Araújo.<sup>31</sup>

O que seguiu-se ao confronto foi a violência já conhecida dos trabalhadores da região do Araguaia. Segundo depoimento de um dos líderes, Davi:

Fiquei um mês trancado numa cela. Me deram choques na língua, botavam fio elétrico na orelha e no cotovelo, você cai morto, não vê nada. Meus dentes quebraram tudo", lembra. "Me perguntaram de coisas que eu não sabia que existia no mundo".<sup>32</sup>

O que fica evidente, na análise da repressão aos camponeses, é que se tratava de uma repressão que extrapolava a própria guerrilha. As formas violentas de expulsão e expropriação dos trabalhadores rurais que seguiram em períodos posteriores são semelhantes às formas empregadas para desestimular a atuação do camponês na atividade guerrilheira. Não foi acaso ou amorosismo a maneira como foi realizada a perseguição aos camponeses do Araguaia, pois tal perseguição coadunava-se aos objetivos da modernização excludente da agricultura e ao privilegiamento do latifúndio, empreendidos pela ditadura após 1964.

A violência contra trabalhadores da região no período da guerrilha tinha, então, a finalidade de desencorajar a formação de grupos de luta pela terra e de contestação do modelo agropecuário instituído.

Como mencionamos, não há estudos sobre a *Guerra dos Perdidos*. Em alguns depoimentos, há algumas pistas para desvelar esse conflito,

como falas que se referem à “segunda guerrilha do Araguaia” ou “guerrilha dos camponeses”. Há também outros conflitos pela posse da terra mencionados pelos camponeses, mas são difíceis de se identificar.

Como já afirmamos, o foco das entrevistas que esses camponeses concederam foi a guerrilha do Araguaia e, quando solicitados a falarem sobre outros conflitos, muitos deles apresentam resistência.

Isso pode decorrer da falta de respaldo pressentida por eles para tocar em outros conflitos que não a guerrilha do Araguaia. Atualmente, ao contrário do que ocorria nos anos anteriores, muitos deles se sentem motivados para narrar a experiência da guerrilha, pois estão amparados pela Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia (ATG) pelo Ministério Público e pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

No que se refere a outros conflitos, não há o mesmo suporte. Contudo, recentemente, as falas dos camponeses começaram a ser pontuadas por indicações de outros conflitos que poderão ser objeto de outras pesquisas.

Com relação às lutas das quebradeiras de coco de babaçu, muitas mulheres, em decorrência do desaparecimento ou a invalidez dos maridos e da perda da posse durante a guerrilha do Araguaia, dirigiram-se aos babaçuais onde quebravam coco para sobreviver. A quebra do coco de babaçu já era uma atividade realizada pelas mulheres em regiões do Piauí, Maranhão, Pará e norte de Goiás (atual Tocantins), considerada complementar à atividade agrícola. Era do babaçu que as famílias valiam-se nos momentos em que a roça não provia o suficiente.

Com a destruição dos meios de sobrevivência na área em que se desenvolveu a repressão à guerrilha, a atividade de quebrar coco, que era uma atividade complementar, passou a ser a principal renda de algumas famílias e muitas mulheres dirigiram-se às regiões onde era farta a existência de palmeiras de babaçu. As amêndoas eram repassadas aos

quitandeiros e bodegueiros que, em geral, pagavam em espécie. Esse agente era o primeiro numa cadeia de intermediários, que culminava na venda para a indústria.

Nos babaçuais, o avanço da fronteira agrícola a partir dos anos setenta do século XX limitou a atividade das quebradeiras. As mulheres, que andavam em grupos, adentrando a mata, em busca de babaçuais onde pudessem montar acampamento e realizar sua atividade, passaram a sofrer com o avanço da grilagem; os “novos fazendeiros” da região passaram a impedir a entrada das mulheres para a realização da atividade extrativista:

(...) Cheguei em 1971. Naquela época, o pessoal plantava roça e quebrava coco onde queria’, lembra. A partir de 1973, diz ela, as coisas começaram a mudar, por conta de ‘gente que apareceu do nada e se pôs a dizer que era dona da terra’. Relatos semelhantes são comuns por toda a região dos babaçuais; histórias de terrenos que foram cercados e de mulheres que se viram impedidas de coletar o coco do babaçu. Nesse contexto, surgiram formas de exploração do trabalho, como, por exemplo, a ‘quebra de meia’ (na qual quebradeiras de coco precisam ceder ao dono da terra metade das amêndoas) e o ‘barracão’ (em que elas são obrigadas a entregar tudo nas mãos do proprietário, de acordo com as condições financeiras impostas por ele).<sup>33</sup>

Como afirmamos, a atividade extrativa do babaçu era acessória na região do Bico do Papagaio, pois os camponeses estabeleciam-se em terras devolutas e dedicavam-se à atividade agrícola. A coleta do coco de babaçu e a venda da amêndoa eram atividades complementares. Na área em que se desenvolveu a guerrilha do Araguaia, algumas famílias camponesas ~~que~~ perderam suas posses pelas ações do exército em expulsá-los de suas terras, pela presença dos grileiros e pela proibição do cultivo ou colheita, tais atitudes visavam “matar a guerrilha de fome” e levaram essa atividade a se tornar a principal dessas famílias.

Alguns camponeses, pela incapacidade de continuar no trabalho pesado da roça após os espancamentos e torturas sofridos, optaram por

vender suas posses a preços baixos. No entorno da área da guerrilha, o processo de expropriação do camponês foi semelhante e muitas mulheres atingidas pela repressão à guerrilha passaram a exercer a atividade de quebradeira de coco.

Temos afirmado que os métodos de ataque aos camponeses são recorrentes na história dos conflitos sociais no campo. A queima de roças e casas, a expulsão de suas moradias e o aparecimento do “dono da terra”, o grileiro, se intensificaram em toda a região sul e sudeste do Pará, norte do Tocantins e sul do Maranhão nos anos setenta, com o avanço da fronteira agrícola. No Araguaia, o ataque ao camponês justificava-se pelo combate à guerrilha e certamente os ataques foram mais intensos, concentrados e violentos. Mas há que se registrar que a maneira como atuavam as forças repressivas locais ou nacionais, seja o exército, as polícias militares ou os jagunços e pistoleiros, seguia a mesma lógica de expulsão do camponês, em consonância com as políticas de desenvolvimento capitalista para a região, implementados ao final da ditadura civil-militar.

Ao procurar a atividade de coleta e extração do babaçu, as mulheres que viram os meios de subsistência de suas famílias destruídos, depararam-se com aspectos da mesma realidade que vivenciaram na época da guerrilha. Tomaram contato com outros camponeses que perderam suas posses, mas que não foram expulsos pelo exército no combate ao terrorismo: foram expulsos pelo jagunço e pelo PM, a mando dos grileiros.

Percebe-se que na lógica da repressão à guerrilha do Araguaia fazia parte a repressão às demandas camponesas e uma busca de desmobilização em torno das lutas sociais contra o avanço do latifúndio. A repressão à guerrilha estendeu-se à repressão do camponês e, como vimos, tal repressão era necessária para o estabelecimento de condições favoráveis à entrada do grande capital nos projetos de desenvolvimento

capitalista para a região. Quem se beneficiava com a destruição da base social camponesa no Araguaia, com a expropriação de suas posses e com o impedimento da realização das atividades extrativas tradicionais? As grandes fazendas que se instalaram na região, de propriedade de empresas como a Supergasbrás, Volkswagen, Bradesco, Manah etc., como denunciava Paulo Fonteles nos anos 80. Segundo Leila Swets,

O norte do estado do Tocantins, entre os rios Araguaia e Tocantins, na época estado de Goiás, representou uma destas áreas de expansão de fronteira, onde se instalaram migrantes vindos do Maranhão e também do Piauí, fugindo do latifúndio e de ondas de grilagem. Na região, onde o babaçu também era abundante, o extrativismo era praticado tanto por posseiros quanto por indígenas (...) nas regiões onde os babaçuais eram de livre acesso, as ações de grilagem provocavam a expulsão dos ocupantes, que, por não terem garantias sobre a terra que ocupavam adquiriam comportamento nômade na busca constante por melhores condições de subsistência, com reflexo negativo na produção de babaçu.<sup>34</sup>

A resistência ao avanço do latifúndio e a luta por permanecerem em suas atividades tradicionais culminou com a emergência da organização das trabalhadoras rurais nos anos setenta, que passaram a se aglutinar em movimentos interestaduais nas décadas de oitenta e noventa. Declararam como objetivo da organização a luta pelo “acesso e uso de áreas de ocorrência de babaçu, cercadas e apropriadas injustamente por fazendeiros, pecuaristas e empresas agropecuárias a partir das políticas públicas federais e estaduais para as regiões Norte e Nordeste”.<sup>35</sup> As quebradeiras visavam garantir o controle das áreas e da produção de coco. Em 1991, as mulheres que exerciam essa atividade em quatro estados (Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará) organizaram-se na *Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu*, que passou a ser denominado *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu*, em 1995, entidade na qual as quebradeiras organizam-se atualmente.<sup>36</sup>

Contemporaneamente, essas mulheres sofrem com os mesmos problemas verificados à época da guerrilha:

Há três dias correram atrás de uma amiga minha. É comum deixarem armadilhas com espingardas escondidas e armadas. Muitas das vezes, deixam as armas posicionadas na altura do peito, em outras, deixam no ponto de aleijar, na altura da perna, muita gente já morreu por causa disso. Não temos com quem contar. O pessoal do IBAMA quando vem aqui ganha um bode, um carneiro e vai embora.<sup>37</sup>

A grilagem de terras é outro problema enfrentado pelas quebradeiras de coco. Muitas famílias, por não ter para onde ir, submetem-se à exploração dos ditos “donos” da terra e sofrem constantes ameaças de despejos. Para garantir a exclusividade na compra do coco, os proprietários de terras mandam queimar as casas das famílias como forma de pressioná-las.<sup>38</sup>

A repressão aos trabalhadores rurais se mantém dramática na região do Araguaia. São grileiros, jagunços, pistoleiros, as forças policiais procurando reprimir as diversas lutas sociais na região. Como procurou-se demonstrar, a repressão ao camponês durante a guerrilha foi intensa, profunda e procurou destruir a base da sociabilidade camponesa. Queimar roças, expulsar os camponeses de suas casas, impedir que a sociabilidade camponesa se desenvolvesse e que os laços de solidariedade se fortalecessem foram formas repressivas utilizadas contra essa população ontem e hoje. A resistência desse segmento social, entretanto, manteve-se e se difundiu. Falar da guerrilha do Araguaia, para os camponeses, transformou-se na possibilidade de amplificar a divulgação de suas demandas e da dramática questão camponesa no Brasil.

## Notas

---

\* Doutora da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional. Pesquisadora do Centro de Estudos de História da América Latina (Cehal-PUC-SP) e do grupo de pesquisa em História e Economia Mundial Contemporâneas (USP). E-mail: patriciam@uft.edu.br

---

<sup>1</sup> CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia. Editora da UFG, 1997.

<sup>2</sup> MECCHI, Patricia Sposito. *Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social. PUC-SP, 2012.

<sup>3</sup> IANNI, Octávio. *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis. Vozes, 1979.

<sup>4</sup> LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; OINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. In: *Dossiê Amazônia Brasileira II. Estudos Avançados*. USP, n° 19, 2005, pp. 79-98.

<sup>5</sup> LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; OINTO, Jax Nildo Aragão, *Op. Cit.*, 2005, pp. 79-98.

<sup>6</sup> O “massacre da Lapa” ocorreu em 1976 contra grande parte da direção do Partido Comunista do Brasil que, na ocasião, promovia uma discussão que avaliava a experiência da Guerrilha do Araguaia.

<sup>7</sup> O jornalista Fernando Portela, por exemplo, publicou no *Jornal da Tarde* a primeira reportagem a respeito da guerrilha, depois transformada em livro. Cf. PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo. Terceiro Nome, 2002.

<sup>8</sup> James Vita Lopes foi o único processado e condenado no caso do assassinato de Paulo Fonteles. Dono de uma empresa de segurança que prestava serviços aos fazendeiros, Vita Lopes foi condenado por ter organizado o assassinato do advogado. Os mandantes, cuja suspeita recaí sobre latifundiários da região, nunca foram investigados. *Diário do Pará*, 14 de agosto de 1987 e 15 de maio de 1993.

<sup>9</sup> De acordo com Dutra, “Sob o signo da violência, expande-se, a partir do estado de Goiás, a UDR (...) que adquire *status* de entidade dos latifundiários. O serviço de Imprensa dessa entidade chega a publicar, em nível nacional, duas consultas feitas a dois renomados juristas, professores Dr. Orlando Gomes e Dr. Silvio Rodrigues, sobre a legalidade dessas medidas de segurança extremas adotadas pelos fazendeiros. Em ambos os pareceres, eles foram afirmativos: a lei autoriza os fazendeiros à resistência à mão-armada. Ou seja, eles têm o direito de organizar preventivamente sua defesa armada com o concurso de homens residentes na fazenda ou especialmente engajados para tal”. Cf. DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. *As Ocupações de Terra e a Produção do Direito*. Três Lagoas (Mato Grosso do Sul), 2001. s/ed. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/dater.html>. Acessado em 01 de julho de 2012.

<sup>10</sup> Entre os mortos estão: Raimundo Ferreira Lima, o “Gringo”, candidato à presidência do sindicato; João Canuto de Oliveira; Belchior e Expedito Ribeiro de Souza, todos assassinados pelo latifúndio. Disponível em: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2011/06/11-de-junho-vigesimo-quarto-aniversario.html> acessado em 15 de maio de 2012.

<sup>11</sup> PORTAL VERMELHO. *Paulo Fonteles, guerrilha do Araguaia, o mateiro de 1980*. Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_noticia=179072&id\\_secas=1](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=179072&id_secas=1), acessado em 20 de junho de 2012.

---

<sup>12</sup> MENDES, Clécio Ferreira. *Pra soletrar a liberdade: as propostas educacionais do movimento zapatista no México e dos sem-terra no Brasil na década de 90*. (Dissertação de Mestrado) São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Vieira, 2006.

<sup>13</sup> Sobre a natureza bonapartista da ditadura civil-militar implantada no Brasil a partir de 1964, cf. RAGO, Antônio. *Ideologia 1964: Os gestores do Capital Atrófico*. (Tese de doutorado). São Paulo. PUC-SP, 1998.

<sup>14</sup> O GETAT foi criado pela presidência da República através do Decreto-Lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980, ficando subordinado à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, com a finalidade de “coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão”. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=212865>, acessado em 21 de abril de 2012.

<sup>15</sup> GALLO, Emílio. *Esse homem vai morrer – um faroeste caboclo* [documentário]. Brasil, 2011, 75 min.

<sup>16</sup> O Cruzado Novo surgiu em 16 de janeiro de 1989 e perdurou até 15 de março de 1990, quando foi substituído pelo Cruzeiro, vigente de 19 de março de 1990 a 31 de julho de 1993. Informação disponível em: <http://www.bc.govol.br/?CEDMOEBR>, acessado em 10 de julho de 2012.

<sup>17</sup> GALLO, Emílio. *Esse homem vai morrer – um faroeste caboclo* [documentário], Brasil, 2011, 75 min.

<sup>18</sup> Recentemente, foi divulgado um amplo estudo que visa preencher essa lacuna. CARNEIRO, Ana; CIOCCARI. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília. MDA, 2011. Disponível em <http://www.nead.govol.br/portal/nead/publicações>. Acessado em 19 de abril de 2012.

<sup>19</sup> A abordagem da guerrilha do Araguaia nos livros didáticos é uma demanda que foi apresentada pela Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia à Comissão Parlamentar de Memória, Justiça e Verdade, em abril de 2012. A referida comissão comprometeu-se a encaminhar ao Conselho Nacional de Educação (CNE) uma proposta de inclusão da guerrilha nos livros didáticos de História. Cf: ASSOCIAÇÃO DOS TORTURADOS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA. *Guerrilha do Araguaia pode ser incluída nos livros didáticos*. Disponível em: <http://camponesesdoaraguaia.blogspot.com.br/2012/04/guerrilha-do-araguaia-poderaser.html>. Acessado em 20 de maio de 2012.

<sup>20</sup> Lei nº 10.559 de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www81.dataprevol.govol.br/sislex/paginas/42/2002/10559.htm>, acessado em 18 de abril de 2012.

<sup>21</sup> Entrevista à autora: Sr. Sebastião Rodrigues da Silva, São Geraldo do Araguaia (Pará), 15 abril de 2012.

<sup>22</sup> Entrevista à autora: Sr. Joaquim Rodrigues Araújo. São Geraldo do Araguaia (Pará), 15 abril de 2012.

---

<sup>23</sup> Nesse sentido, ver estudos vinculados à Pesquisa intitulada *Violência institucional e autocracia burguesa no Brasil na segunda metade do século XX*, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lucia Vieira, vinculado o CEHAL-PUC, ao qual a presente pesquisa integra-se e cujo relatório preliminar encontra-se no site do referido centro. Ver também os estudos de Nilo Dias de Oliveira, Vanessa Mattos, Jussaramar da Silva, entre outros, integrantes do mesmo grupo de estudos.

<sup>24</sup> Alguns camponeses fazem referência ao ano de 1974 como o da segunda guerrilha do Araguaia, a que seria a “guerrilha dos camponeses”. Outros falam de “volta da guerrilha”, em localidades diferentes das mencionadas aqui. Possivelmente, tratam-se de outros conflitos pela posse da terra, diversos do que apresentamos.

<sup>25</sup> NOSSA, Leonencio; JUNIOR, Celso. Guerras desconhecidas do Brasil. *In: O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 de dezembro de 2010, p. 16-17.

<sup>26</sup> GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Graboís (Velho Mário)* – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973. Disponível em: [http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Di%C3%A1rio\\_de\\_Maur%C3%ADcio\\_Grabois.pdf](http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Di%C3%A1rio_de_Maur%C3%ADcio_Grabois.pdf). Acessado em 21 de dezembro de 2011.

<sup>27</sup> NOSSA, Leonencio; JUNIOR, Celso. *Op. Cit.*

<sup>28</sup> *Ibidem.*

<sup>29</sup> *Ibidem.*

<sup>30</sup> NOSSA, Leonencio; JUNIOR, Celso. *Op. Cit.*

<sup>31</sup> *Ibidem.*

<sup>32</sup> *Ibidem.*

<sup>33</sup> <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=521> , acessado em 27 de maio de 2012. Já os Polos Coureiros são compostos pela cadeia produtiva do couro de pele de gado, utilizados principalmente na indústria calçadista. Mais informações sobre o setor: PEREIRA, Mariana de Aragão; JACINTO, Manuel Antônio Chagas *et. al.* Avaliação técnica e operacional do sistema de classificação de pele bovina estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *In: Circular Técnica nº 35*. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Agosto, 2007. Disponível em: <http://www.cnpge.embrapa.br/publicacoes/ct/ct35/CT35.pdf> , acessado em 27 de maio de 2012.

<sup>34</sup> SWETS, Leila Afonso. *Políticas de desenvolvimento, organização do território, e participação: as quebradeiras de coco babaçu na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, UNB, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucia Cony Faria Andrade, 2009 p. 62. Disponível em: [http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4799/1/2009\\_LeilaAffonsoSwerts.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4799/1/2009_LeilaAffonsoSwerts.pdf) , acessado em 30 de abril de 2012.

<sup>35</sup> MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu). Quem Somos. Disponível em: [http://www.miqcb.org.br/quem\\_somos.html](http://www.miqcb.org.br/quem_somos.html). Acessado em 20 de março de 2012.

<sup>36</sup> *Ibidem.*

<sup>37</sup> Antonia Célia Silva, quebradeira de coco do município de Governador Archer. Disponível em <http://www.viasdefato.jor.br/index.php?option=>

---

com\_content&view=article&id=684:quebradeiras-querem-lei-do-babacu-  
livre&catid=4:noticias, acessado em 21 maio de 2012.

<sup>38</sup> *Ibidem*.

Data de envio: 08/03/2013

Data de aceite: 16/03/2013